

Declaração Final do Congresso Luso Brasileiro de Educação Inclusiva, Braga, 13, 14 e 15 julho

O Congresso Luso Brasileiro de Educação Inclusiva, uma organização conjunta da Universidade do Minho, Universidade Federal de Pelotas e a Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, Pró-Inclusão, na sua sessão de encerramento, aprova por aclamação o seguinte texto:

1. Numa situação mundial particularmente complexa e que foi ainda agravada pela pandemia da Covid19 e pela guerra que ocorre presentemente na Ucrânia, cabe realçar o papel fundamental da Educação Inclusiva como uma prática de esperança para encontrar consensos, equilíbrios e, sobretudo, para criar condições de equidade nas sociedades humanas. A Educação Inclusiva permanece como uma das esperanças mais sólidas, não só pela sua universalidade, mas também por intervir com as pessoas em fases precoces e decisivas da sua vida.
2. Os congressistas realçam a importância de aprofundar os caminhos da inclusão através de mais e melhores oportunidades de formação da comunidade escolar. A aprendizagem profissional contínua é uma estratégia que tem permitido ao sistema educativo evoluir e responder a diferentes solicitações e precisa de ser mais incentivada e apoiada.
3. A organização da escola continua a ser uma variável na qual é preciso investir de forma que toda a escola se converta numa estrutura inclusiva e que, juntamente com a família e a comunidade, permita aprofundar ambientes inclusivos.
4. Os recursos continuam a ser um ponto sensível e que frequentemente são encarados como decisivos para a inclusão. Neste aspeto, afirmamos que os recursos devem ser canalizados para favorecer a aprendizagem de todos com todos, de forma a aprofundar ambientes educativos inclusivos.
5. A Intervenção Precoce na Infância é uma área consensualmente considerada como decisiva para a melhoria da Educação Inclusiva. Neste aspeto, apelamos para que sejam proporcionados meios que permitam às estruturas de Intervenção Precoce encarar com sucesso um número crescente e mais complexo de casos, melhorando recursos, formação e supervisão reflexiva para uma melhor qualidade dos serviços prestados.
6. As políticas públicas são fundamentais para a criação de ambientes educativos inclusivos. O fortalecimento das escolas públicas com recursos que lhes permitam ter confiança para encarar desafios maiores e mais complexos, é igualmente fundamental.
7. Por último, os participantes do Congresso Luso Brasileiro de Educação Inclusiva reafirmam que a Educação Inclusiva é um bem comum e que faz parte integrante dos direitos e dos deveres humanos. Tratar da Educação Inclusiva hoje é, certamente, a melhor forma de assegurar um futuro em que todos os humanos possam estar juntos com mais justiça social e dignidade.

15 de julho de 2022

A Comissão Coordenadora